

**LEGIBILIDADE TEXTUAL NA COMUNICAÇÃO PÚBLICA:
UMA ANÁLISE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA**

**TEXTUAL LEGIBILITY IN PUBLIC COMMUNICATION:
AN ANALYSIS OF THE BRAZILIAN FEDERAL CONSTITUTION**

Ana Carolina Tavares Mortais¹

Aser Ribas²

Mário César Batista da Silva³

Gleice Carvalho de Lima Moreno⁴

Universidade Federal de Rondônia – UNIR (RO), Brasil

RESUMO

A Constituição Federal de 1988 é considerada a “Constituição Cidadã” por ter definido a participação popular, determinando direitos e deveres individuais e coletivos ao final do regime militar, período em que as liberdades foram sucumbidas. Entretanto, apesar dos benefícios assegurados à população brasileira, a linguagem utilizada no texto constitucional exige um nível mais elevado de estudo e conhecimento para sua plena compreensão. Diante desse cenário, este estudo avalia o nível de legibilidade textual da Constituição Federal Brasileira e, a partir daí, o seu público-alvo, utilizando o software de Análise de Legibilidade Textual (ALT) para textos em português, desenvolvendo assim uma análise de conteúdo quantitativa. Os resultados indicam uma dificuldade moderada de compreensão, uma vez que o uso de termos técnicos e sentenças longas restringe o entendimento do texto a um público especializado, como estudantes do ensino superior.

Palavras-chave: Legibilidade textual; Constituição Federal de 1988; Comunicação em Documentos Oficiais.

ABSTRACT

The 1988 Federal Constitution is considered the “Citizen Constitution” because it defined popular participation, determining individual and collective rights and duties at the end of the military regime, a period in which freedoms were succumbed. However, despite the benefits assured to the Brazilian population, the language used in the constitutional text requires a higher level of study and knowledge for its full understanding. Given this scenario, this study evaluates the level of textual readability of the Brazilian Federal Constitution and, from there, its target audience, using the Textual Readability Analysis (ALT) software for texts in Portuguese, thus developing a quantitative content analysis. The results indicate a moderate difficulty in understanding, since the use of technical terms and long sentences restricts the understanding of the text to a specialized audience, such as higher education students.

¹ Graduanda de Licenciatura em Física pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: anatavaresmortais@gmail.com.

² Graduando de Licenciatura em Física pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: aserribas@hotmail.com.

³ Graduando de Licenciatura em Física pela Universidade Federal de Rondônia – UNIR. E-mail: mariocesarjaru@gmail.com.

⁴ Doutora em Ciências Contábeis e Administração pela Universidade Regional de Blumenau - FURB. Docente do Departamento de Física da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. E-mail: gleice.cl11@gmail.com.

Submetido em 19/11/2024

Aceito em 03/12/2024

Keywords: Textual readability; Federal Constitution of 1988; Communication in Official Documents.

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988, peça fundamental na definição do ordenamento jurídico do país, foi elaborada considerando os direitos e deveres individuais e coletivos que a sociedade deve cumprir para garantir o bem-estar social. Além de desempenhar um papel importante na determinação da organização do Estado, a Constituição prima pelo cumprimento dos princípios e normas estabelecidos neste conjunto de leis. Para tanto, a comunicação derivada dos princípios legais deve ser compreensível a todos os cidadãos, independentemente de seu nível de escolaridade, uma vez que trata de um documento destinado ao público em geral, com diferentes graus de instrução. Nesse contexto, a falta de legibilidade textual nas informações públicas acarreta a falta de acessibilidade e transparência para garantir a democracia e a participação popular.

À medida que as informações públicas não se classificam como informação sigilosa, elas devem ser amplamente divulgadas para todos os interessados, de forma que o usuário (público geral), com base nessas informações, possa ter subsídios para tomar uma decisão segura (Batista, 2010). Para que isso ocorra, a legibilidade textual que permite a compreensão do texto é essencial no processo de comunicação em que as informações públicas são veiculadas.

A legibilidade de documentos oficiais tem recebido uma crescente atenção e tem sido empregada em alguns órgãos governamentais do Brasil através da linguagem simples (Capelli, Oliveira e Nunes, 2023). Esse modelo de comunicação facilita o entendimento e orienta a população de forma clara, auxiliando-a na escolha de alternativas mais adequadas às suas necessidades. Na linguagem das autoridades públicas, é comum o uso de termos técnicos e jargões, o que torna a comunicação restrita a um público com nível de escolaridade maior, pois para entender a linguagem administrativa da gestão pública é necessário ter conhecimento especializado.

Nesse sentido, este artigo foi desenvolvido com o objetivo de avaliar o nível de legibilidade textual da Constituição Federal Brasileira e a partir disso seu público-alvo pretendido. O interesse em desenvolver a pesquisa surgiu por se tratar de um

documento que deve ser acessível a muitas pessoas que precisam ter ao menos uma ideia de seus direitos e deveres, bem como das obrigações do Estado. Além disso, a importância da Constituição Federal de 1988 se consolida por definir a organização do governo, regular as relações entre os poderes, definir os valores da vida política e social do país, formular políticas públicas para a sociedade, promover a participação cidadã e garantir a continuidade das relações políticas e sociais. Dito isso, é notável a importância dessa obra para a comunidade brasileira, por determinar a ordem e a organização do Estado. Assim, a pesquisa será conduzida com o suporte da ferramenta de análise de legibilidade textual em Língua Portuguesa, o Software ALT, desenvolvido no Departamento de Física da Universidade Federal de Rondônia, Campus Ji-Paraná.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

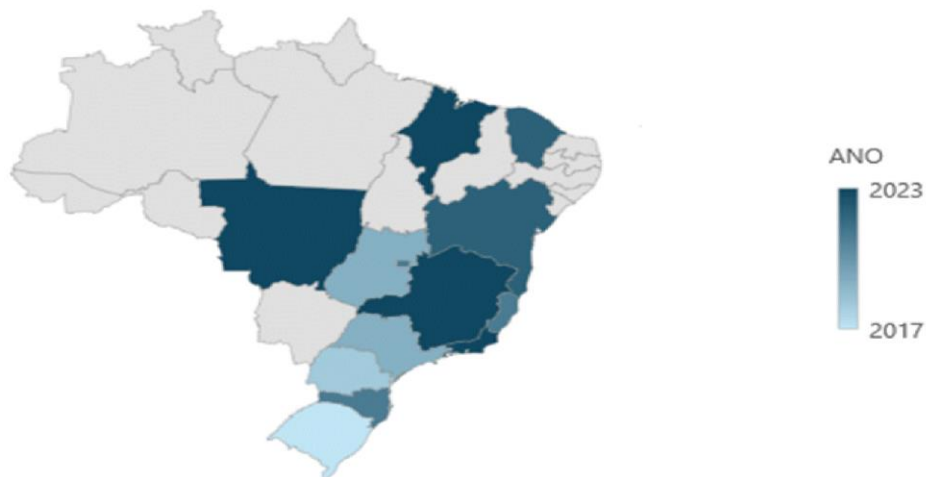
LINGUAGEM SIMPLES

A linguagem simples, de acordo com a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), é um estilo de comunicação usado para facilitar o entendimento dos serviços públicos prestados ao público geral. No entanto, o uso de palavras aprimoradas e complicadas ainda é notável na leitura de documentos oficiais. Esse é o principal problema que afeta o processo de comunicação na relação entre governo e sociedade, ou seja, o uso de palavras que não fazem parte do cotidiano da população (Moreno *et al*, 2022). Dessa forma, o poder público se esquivava de sua responsabilidade ao não implementar o ponto principal da Constituição Federal de 1988, que é instituir a democracia. Assim sendo, a democracia só é alcançada quando todos os participantes conseguem compreender as normas e o que é informado nos regulamentos legais.

Por isso, a linguagem complexa tem sido substituída pela linguagem simples em alguns órgãos governamentais para fornecer orientação correta e direta ao público, facilitando o processo de comunicação e a prestação eficaz de serviços públicos. O principal propósito desta ação é desmistificar a linguagem oficial, mudando os hábitos de servidores públicos com treinamento adequado em comunicação, simplificando as atividades burocráticas e desenvolvendo estratégias que favoreçam

a participação cidadã. O que se espera com isso é que o uso de termos técnicos, jargões, palavras rebuscadas, burocratês, entre outros, seja simplificado para garantir o acesso e a transparência. A Figura 1 mostra algumas regiões onde os órgãos públicos estão se adaptando ao estilo simples, com início em 2017 e posição até 2023.

Figura 1 – Uso da Linguagem Simples em Algumas Regiões Brasileiras



Fonte: Fonte: Elaboração própria.

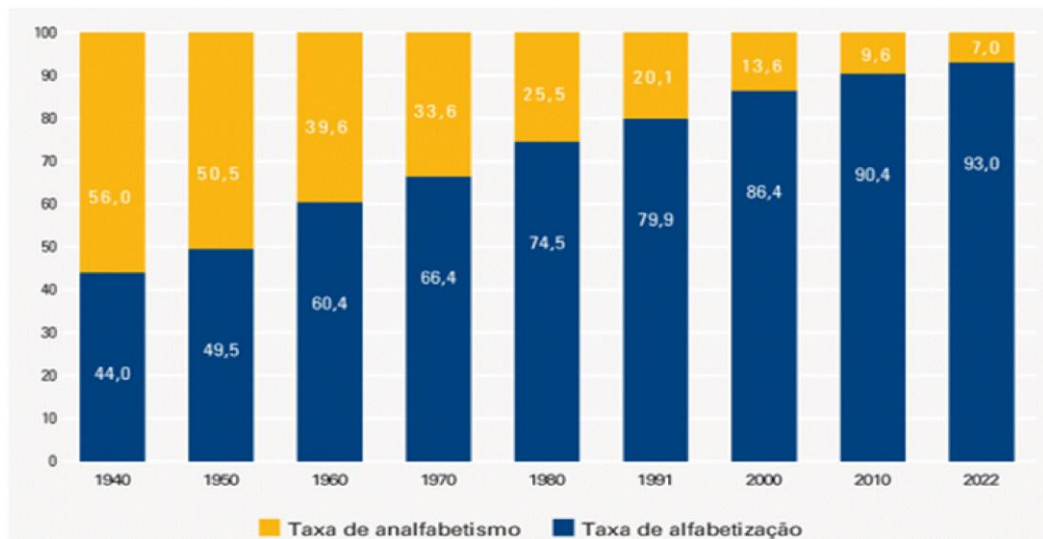
A Linguagem simples, também considerada linguagem cidadã, ainda em fase de amadurecimento já alcança 50% dos estados brasileiros, a começar pelas capitais. Porém, os outros 50% não se mobilizaram e ainda há um longo caminho a percorrer até que o Brasil assuma definitivamente um perfil democrático. À medida que o governo federal emite decretos, leis, portarias e outros documentos oficiais para estabelecer o uso desse tipo de linguagem, os estados e municípios tendem a seguir o exemplo e a participação popular na gestão pública tende a aumentar, graças a melhor comunicação.

COMUNICAÇÃO GOVERNAMENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Definir ações para atender às demandas da sociedade é uma das principais funções da gestão pública. A Constituição Federal de 1988, vista como um marco legal, orienta sobre o estabelecimento de políticas públicas sociais para garantir o direito à saúde, educação, segurança, moradia, entre outros direitos para assegurar o bem-estar social de forma equitativa.

Nesse contexto, quando não se entende o que está disposto na Constituição, não há possibilidade de lutar por melhorias, pois não se compreende a extensão das responsabilidades do governo em suas três esferas. Assim, caminhamos para a injustiça social, a desigualdade, a inacessibilidade e a discriminação, indo na contramão dos princípios fundamentais para a disseminação de informações públicas abertas. O gráfico 1 confirma essa situação ao apresentar a taxa de analfabetismo no Brasil.

Gráfico 1 – Taxa de Alfabetização e de Analfabetismo de Pessoas de 15 anos ou mais (%)



Fonte: Censo Demográfico 1940/2022 (IBGE).

Com base nos dados apresentados, observamos que apesar dos avanços na alfabetização de 1940 até 2022, segundo o IBGE, o analfabetismo funcional ainda está presente em nosso meio. No período de 2012, tínhamos no Brasil 17,7% de indivíduos considerados analfabetos funcionais, concentrando-se nas regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste (Hemerly e Pretto, 2024). O percentual vem reduzindo com o passar dos anos e a meta para 2024 é alcançar o percentual de 9,8% (Hemerly e Pretto, 2024). Mesmo assim, ainda há muitas pessoas com dificuldades em entender e interpretar um texto. Portanto, quanto mais complexos os documentos oficiais, menos igualitário será o serviço prestado ao público.

PROCEDIMENTO UTILIZADO

A Constituição Federal de 1988 é o foco de nosso estudo, por desempenhar um papel fundamental nas diretrizes que regem uma nação. A ferramenta utilizada para colocar em prática o objetivo deste estudo é conhecida como Software ALT – Análise de Legibilidade Textual, disponível na internet para textos escritos em português brasileiro, atendendo aos países lusófonos que têm em comum a língua e a cultura de origem portuguesa (Moreno *et al*, 2022). Com o auxílio dessa ferramenta, fizemos uma análise de conteúdo quantitativa para medir a legibilidade textual, que tem como foco o bom uso dos recursos disponíveis em um idioma, visando facilitar o processo de comunicação entre as partes interessadas, neste cenário, caracterizados como governo e sociedade.

O Software ALT, de origem brasileira, reúne 6 índices de legibilidade originais, sendo 5 para a língua inglesa e 1 para a língua italiana. Os índices foram escolhidos por terem a mesma estrutura linear e estão enquadrados em dois critérios: o critério *Grade Level* (nível de instrução) para 4 índices e os outros dois pelo critério *Reading Easy* (facilidade de leitura). Essas métricas utilizam apenas duas variáveis para medir a legibilidade textual: palavras complexas e sentenças longas, pois quanto mais longas as sentenças e maior o número de palavras complexas menor é a legibilidade textual. Além disso, para que os algoritmos calculem os níveis de legibilidade textual, outros elementos são levados em consideração, como o número de letras, sílabas, palavras, sentenças, palavras complexas, além da relação entre letras e sílabas, sílabas e palavras e palavras e sentenças (Moreno *et al*, 2023).

Ao analisar um texto, o primeiro passo do software é apresentar a média dos 4 índices incluídos no critério *Grade Level*. O segundo passo é retornar os índices de legibilidade textual para cada uma das seis métricas. O terceiro passo é exibir o resumo descritivo que considera a estrutura textual e de palavra (letras, sílabas, palavras, sentenças, entre outros). O quarto passo é demonstrar a recomendação fornecida a partir das métricas para reduzir falhas e melhorar o texto facilitando a compreensão. O quinto e último passo é dispor um gráfico que expõe informações visuais, destacando o assunto que recebeu mais atenção (Moreno *et al*, 2023).

Diante das informações sobre a ferramenta disponível *online* desde 2021, decidimos utilizar métricas reconhecidas cientificamente para identificar o nível de instrução: Flesch-Kincaid (1975), Gunning Fog (1952), ARI (1967) e Coleman-Liau (1975). Essas métricas são consideradas eficazes no sentido de estimar o tempo de estudo que o leitor precisa ter para compreender as informações fornecidas. Enquanto isso, os índices Flesch (1948) e Gulpease (1987) utilizam a escala arbitrária centígrada que não foram usadas nesta análise.

Dessa forma, pretendemos com o uso dessa ferramenta atender ao objetivo do estudo que é avaliar o nível de legibilidade textual da Constituição e, a partir daí, o seu público-alvo.

RESULTADOS

Utilizamos o Software ALT (<https://legibilidade.com/>) para automatizar todas as medidas executadas. Na Tabela 1 são apresentadas as fórmulas de legibilidade textual sob o critério *Grade Level* ou nível de instrução adaptadas para a Língua Portuguesa por meio de regressão linear múltipla, já que as equações originais são lineares. Os índices trabalhados apresentam equações similares, mas a forma de medir as palavras complexas e as sentenças longas, além de seus coeficientes, são diferenciados entre si.

Tabela 1 – Fórmulas Adaptadas para a Língua Portuguesa

Métricas	Fórmulas
Flesch - Kincaid	$0,36 \times \left(\frac{\text{palavras}}{\text{sentenças}} \right) + 10,4 \times \left(\frac{\text{sílabas}}{\text{palavras}} \right) - 18$
Gunning Fog	$0,49 \times \left(\frac{\text{palavras}}{\text{sentenças}} \right) + 19 \times \left(\frac{\text{palavras complexas}}{\text{palavras}} \right)$
ARI	$0,44 \times \left(\frac{\text{palavras}}{\text{sentenças}} \right) + 4,6 \times \left(\frac{\text{caracteres}}{\text{palavras}} \right) - 20$
Coleman-Liau	$5,4 \times \left(\frac{\text{caracteres}}{\text{palavras}} \right) - 21 \times \left(\frac{\text{sentenças}}{\text{palavras}} \right) - 14$

Fonte: Software ALT.

Ao analisar os títulos, capítulos e seções percebemos diferenças nos níveis de legibilidade, quando medidos de forma isolada. No geral, os resultados atingiram a

média legibilidade o que indica que para alcançar o entendimento da Constituição Federal de 1988 é necessário ter mais do que apenas o ensino médio.

Iniciamos então o processo de mensuração da estrutura textual e de palavra e a relação entre eles. A partir disso, foi possível quantificar as variáveis utilizadas única e exclusivamente quando o propósito principal é avaliar o grau de legibilidade textual e o público-alvo de um texto. O gráfico 2 traz o resumo descritivo que identifica os elementos da estrutura textual do texto ora analisado.

Gráfico 2 – Resumo Descritivo Software ALT

Resumo descritivo	
Letras	457033
Sílabas	203367
Palavras	92385
Sentenças	3899
Letras/palavra	4.9
Sílabas/palavra	2.2
Palavras/sentença	23.7
Palavras complexas	13101 (14.2%)

Fonte: Software ALT.

Os algoritmos aplicam automaticamente as instruções ao longo de um período, tudo dependendo do tamanho do texto. Nessa etapa, calcula o número de letras, sílabas, palavras, sentenças e os demais elementos das métricas de legibilidade textual originalmente criadas, a fim de descobrir a quantidade de palavras complexas e de sentenças longas que interferem na compreensão textual. Em nossa análise, vemos que do total de palavras distribuídas em 3.899 sentenças que formam a Constituição Federal, 14,2% são palavras caracterizadas como complexas.

O resumo descritivo apresenta os elementos que substituirão os termos identificados nas equações da Tabela 1 pelas grandezas mostradas no Gráfico 2, resultando em um cálculo que não pode ser observado diretamente pelo usuário da

ferramenta. A Tabela 2 faz essa demonstração e o Quadro 1 mostra o resultado obtido da legibilidade textual, por meio do software ALT, quando solicitado a analisar o texto.

Tabela 2 - Fórmulas Aplicadas para Identificar o Nível de Instrução

Métricas	Fórmulas	Índices
Flesch - Kincaid	$0,36 \times (92385/3899) + 10,4 \times (203367/92385) - 18$	13,42
Gunning Fog	$0,49 \times (92385/3899) + 19 \times (13101/92385)$	14,3
ARI	$4,6 \times (457033/92385) + 0,44 \times (92385/3899) - 20$	13,18
Coleman-Liau	$5,4 \times (457033/92385) - 21 \times (3899/92385) - 14$	11,83
MÉDIA		13,18

Fonte: Software ALT.

Quadro 1 – Nível de Legibilidade Textual

Resultado	
Legibilidade textual	13
Nível	Médio
Público	Universitários no início de graduação

Fonte: Software ALT.

Diante desse resultado, é perceptível que a linguagem utilizada na Constituição Federal de 1988 é mais acessível aos estudantes de graduação. Esse público, integrante do ensino superior, tem mais condições de compreender as informações contidas nesse documento oficial, devido ao avanço nos estudos, que exige mais leitura e conhecimento. Essa confirmação demonstra que o público qualificado abaixo desse nível terá dificuldades em compreender o texto, necessitando da ajuda de terceiros para compreender a linguagem empregada no texto constitucional.

A seguir são apresentados os resultados individuais de cada métrica, tanto os caracterizados no estilo *Grade Level* (nível de instrução) quanto os do tipo *Reading Easy* (facilidade de leitura), permitindo ao usuário escolher a alternativa que melhor atenda sua pesquisa. O gráfico 3 apresenta essa etapa, confirmando a média legibilidade textual para os índices caracterizados como nível de instrução e para os índices caracterizados como de fácil leitura. Ambos os critérios indicam que a Constituição Federal utiliza uma linguagem complexa com sentenças longas, tornando difícil a sua compreensão.

O termo mais discutido na Constituição Federal de 1988 é “emenda constitucional”, que se refere às alterações realizadas na Constituição desde a sua primeira publicação. Diante desses resultados, podemos perceber que, mesmo sendo a 7ª constituição considerada Constituição Cidadã, ainda há alguns entraves na linguagem que impede a grande massa (população) de compreender o conteúdo que a compõe sem a explicação de terceiros. É importante que, com a propagação da Língua Portuguesa, hoje considerada a 4ª língua mais falada no mundo (Agência Brasil, 2022), os governos sejam incentivados a estabelecer a linguagem simples como padrão em todos os órgãos governamentais. Isto permitirá que tanto leigos (a maioria) quanto especialistas (a minoria), entendam as alterações constitucionais e demais disposições previstas na Constituição, implementadas em novos documentos oficiais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho apresentamos o nível de legibilidade textual da Constituição Federal de 1988 e para qual público está destinada. O desenvolvimento do estudo partiu da dúvida que tínhamos quanto à legibilidade textual de nossa Constituição, considerada a Constituição Cidadã, por apresentar melhorias nos direitos individuais e coletivos. Mas, será que todos conseguem realmente compreendê-la? A linguagem usada no texto constitucional é complexa com sentenças longas, impedindo que uma boa parte da população, formada por leigos, compreenda os princípios constitucionais. A partir disso, observamos que as estratégias de comunicação no ambiente público continuam defasadas, impossibilitando que as pessoas comuns participem das decisões governamentais.

Utilizando o Software ALT, identificamos que a Constituição Federal usa alguns termos técnicos e sentenças longas em sua comunicação, tornando difícil a compreensão da lei mais importante do país. Diante dessa constatação, percebemos que a expressão cidadania na prática não reflete a realidade, pois quando não se entende as normas, as regras, os direitos e os deveres não se têm ideia de até onde se pode ir. Assim, esperamos que o governo padronize a linguagem simples em todos os estados e municípios, para que o perfil democrático do Brasil possa emergir e se fortalecer, proporcionando mais oportunidades de participação popular.

Como sugestão para novas pesquisas, com foco na comunicação pública, propomos a avaliação da legibilidade textual de outros documentos oficiais divulgados pela gestão pública, analisando para qual público se destina a comunicação oriunda dessa gestão e se esta comunicação promove a eficácia dos serviços públicos prestados.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Língua portuguesa é a quarta língua materna mais falada no mundo. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2022-05/lingua-portuguesa-e-quarta-mais-falada-no-mundo> Acesso em: 2jul2024.

ANÁLISE DE LEGIBILIDADE TEXTUAL (ALT). **Teste de legibilidade de textos em português**. Disponível em: <https://legibilidade.com/> Acesso em: 8jul2024.

BATISTA, Carmem Lúcia. As dimensões da informação pública: transparência, acesso e comunicação. **TransInformação**, 22(3), p. 225-231, set./dez., 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 8maio2024.

CAPPELLI, Claudia; OLIVEIRA, Rodrigo; NUNES, Vanessa. Linguagem simples como pilar da transparência. **Humanidades & Inovação**, 10(9), p. 32-45, 2023.

COLEMAN, Margaret; LIAU, Thomas. A computer readability formula designed for machine scoring. **Journal of Applied Psychology**, 60(2), 283–84, 1975. <https://doi.org/10.1037/h0076540>

FLESCH, Rudolf. A new readability yardstick. **Journal of Applied Psychology**, 32(3), p. 221-233, 1948. <https://doi.org/10.1037/h0057532>

GUNNING, Robert. The technique of clear writing. **McGraw-Hill**, 1952.

HEMERLY, Giovanna; PRETTO, Nicholas. **A alfabetização e o analfabetismo funcional no Brasil**. Disponível em: <https://pp.nexojornal.com.br/dados/2023/05/19/a-alfabetizacao-e-o-analfabetismo-funcional-no-brasil> Acesso em: 9jul2024.

ÍNDICE GULPEASE. **Índice de legibilidade de um texto calibrado para a língua italiana**. 1987. Disponível em: https://farfalla-project.org/readability_static/ Acesso em: 2set2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Taxa de alfabetização e de analfabetismo de pessoas de 15 anos ou mais (%)**.

Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/40098-censo-2022-taxa-de-analfabetismo-cai-de-9-6-para-7-0-em-12-anos-mas-desigualdades-persistem#:~:text=Destaques,%2C0%25%20deste%20contingente%20populacional>
Acesso em: 6set2024.

KINCAID, J. Peter; FISHBURNE JR., Robert P.; ROGERS, Richard L.; CHISSOM, Brad S. Derivation Of New Readability Formulas (Automated Readability Index, Fog Count And Flesch Reading Ease Formula) For Navy Enlisted Personnel. **Research Report**, 1975. Disponível em: <https://stars.library.ucf.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1055&context=istlibrary>
Acesso em: 23jun2024.

MORENO, Gleice C. de Lima; SOUZA, Marco Polo M. de; HEIN, Nelson; HEIN, Adriana K. ALT: A software for readability analysis of Portuguese-language texts. **ArXiv Preprint**. ArXiv:2203.12135. 2022. <https://doi.org/10.48550/arXiv.2203.12135>

MORENO, Gleice C. de Lima; SOUZA, Marco Polo M. de; HEIN, Nelson; HEIN, Adriana. K. ALT: um software para análise de legibilidade de textos em língua portuguesa. **Policromias — Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 1, p. 91-128, jan./abr. 2023.

SMITH, Edward A.; SENTER, Richard J. Automated Readability Index. **Aeospace Medical Research Laboratories**, Air Force Base, Ohio, 1967. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/AD0667273.pdf> Acesso em: 21set2024.